

Competência penal originária da Justiça Federal: desenho constitucional na jurisprudência e a novidade da Reforma do Judiciário

Autor: Roberto Luis Luchi Demo

(Procurador Federal. Especialista em Direito Penal e Processo Penal.
Procurador-Chefe Substituto do Contencioso Judicial da Procuradoria
Federal Especializada no INSS em Curitiba/PR)
| Artigo publicado em 16.05.2005 |

1. Prolegômenos

Enquanto houver Poder Judiciário, haverá inegavelmente Reforma do Judiciário, já porque não existe fórmula mágica para um Poder Judiciário pronto e acabado (aliás, magia no país do Carnaval, só na festa de Momo!), bem assim para adaptá-lo à realidade sempre cambiante. Prova disso é a serôdia mas bem-vinda EC 45/04 - Reforma do Judiciário, sobre que, na Sessão Solene de Instalação do Ano Judiciário de 2005 (realizada em 1º de fevereiro no STF e que se pretende uma tradição iniciada pelo então Presidente do STF Maurício Corrêa), falaram o atual Presidente do STF Nelson Jobim e o Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva. Aquele registrou que se trata de promessa para um Poder Judiciário mais célere; este vaticinou que transformará o Século XXI no Século do Brasil.

Sem entrar no mérito dessas considerações, o fato é que, entre as diversas jóias da EC 45/04 - Reforma do Judiciário (como a submissão à jurisdição de Tribunais Penais Internacionais a cuja criação tenha o Brasil aderido, a internalização de tratados internacionais sobre direitos humanos com status de emenda constitucional quando aprovados com quórum especial, a Súmula Vinculante e o Conselho Nacional da Magistratura), há também alterações na competência penal originária da octogenária Justiça Federal, criada com a proclamação da República e a adoção do federalismo, quando se passou a estruturar a Justiça brasileira de forma dual(1).

Neste passo, é de bom tom e pertinente uma revisita panorâmica ao tema alvissareiro da competência penal originária da Justiça Federal, e não apenas ao que mudou, até porque esta matéria é base da controvérsia em muitos processos penais que tramitam no Poder Judiciário, particularmente nos tribunais.

2. Análise do art. 98, §1o, CF

De início, impende ressaltar que tão-só com o parágrafo único do art. 98, CF, acrescido pela EC 22/99 e renumerado para §1º com a EC 45/04 – Reforma do Judiciário, e Lei 10.259/01, que regulamentou a novel norma constitucional, é que se instituiu o Juizado Especial Federal Criminal, por isso que no art. 98, I, CF não havia previsão de Juizados Especiais na Justiça Federal. Sem embargo disso, os institutos de direito material penal postos na Lei 9.099/95, como a transação penal, a representação e a suspensão do processo, já eram de aplicação obrigatória nos feitos de competência da Justiça Federal.

A Lei 10.259/01 determinou a aplicação da Lei 9.099/95, no que não conflitar com essa nova lei (art. 1º). Seu art. 2º, p.u., determina que “consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa”. Esse novo conceito de infração de menor potencial ofensivo se aplica ao Juizado Especial Criminal Federal, regido pela Lei 10.259/01, assim aos Juizados Especiais Criminais Estaduais, regidos pela Lei 9.099/95, por isso que virtualmente *lex mellius*, tendo já em conta o princípio da isonomia posto no caput do art. 5º, CF(2). Gizo que, por força do art. 25, Lei 10.259/01, não serão remetidas ao Juizado Especial Criminal Federal as demandas ajuizadas até a data de sua instalação, ocorrendo a *perpetuatio jurisdictionis*. Importa ressaltar que, para além de ampliar o conceito de crime de menor potencial ofensivo sob o ângulo da sanção abstrata de um para dois anos, no que se tem uma inovação originária do sistema jurídico, a Lei 10.259/01 positivou hermenêutica jurisprudencial já consagrada no sentido de não excluir da competência do Juizado Especial Criminal os crimes que possuam procedimento especial.

Na definição de crime de menor potencial ofensivo, leva-se em conta os aumentos decorrentes do concurso material, do concurso formal e da continuidade delitiva, por isso que a fixação da competência dos Juizados Especiais é informada pelo espírito da Súmula 243/STJ: “o benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano” (onde se lê um ano, leia-se 2 anos, apenas para fins de definição da competência dos Juizados Especiais: para a concessão do *sursis processual* continua valendo 1 ano). Também se consideram as causas de aumento e diminuição da pena, desprezando-se as circunstâncias atenuantes e agravantes genéricas. Outrossim, a causa de aumento ou majorante opera pelo seu valor mínimo, ou seja, aumenta-se o mínimo previsto abstratamente na norma, e a causa de diminuição ou minorante opera pelo seu máximo, ou seja, diminui-se o máximo previsto na norma, por isso que se deve adotar conceito de menor potencial ofensivo que mais favoreça o réu.

A propósito de eventual conexão ou continência entre crimes de competência da Justiça Federal tradicional e do Juizado Especial Criminal Federal, prevalece a regra constitucional, indicando a necessidade do desmembramento do processo(3).

Enfim e em se tratando de habeas corpus, compete à Turma Recursal dos Juizados Especiais federais o processo e julgamento de habeas corpus em que figura como autoridade coatora Juiz Federal ou Procurador da República que oficiam em Juizado Especial Federal(4), tendo em vista o princípio da hierarquia jurisdicional que vigora na espécie. Noutra banda, se for hipótese de ato coator de Turma Recursal de Juizado Especial Federal Criminal, a competência para o habeas corpus era, e continua sendo após a EC 22/99, do STF, nos termos da Súmula 690/STF (“Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de habeas corpus contra decisão de Turma Recursal de Juizados Especiais Criminais”).

3. Análise do art. 108, I, a, CF

O art. 108, I, a, CF, determina a competência dos Tribunais Regionais Federais para processar e julgar, originariamente, “os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral”.

Trata-se do chamado foro por prerrogativa de função ou foro privilegiado. Sobre este tema e suas múltiplas vertentes já discorri, especialmente no artigo “Competência por prerrogativa de função. Desenho constitucional e hermenêutica jurisprudencial. Limites e possibilidades no tempo e no espaço”(5), para onde remeto o leitor em virtude do escopo naturalmente limitado deste trabalho.

4. Análise do art. 108, I, d, CF

O art. 108, I, d, CF, cuida da competência dos Tribunais Regionais Federais para processar e julgar originariamente: “os habeas-corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal”. Justifica-se sua análise no bojo deste trabalho, já que o habeas corpus tem natureza de ação penal, abrangido, portanto, pelo conceito de competência penal originária (sem embargo de sua natureza apresentar-se também como recurso, quando substitui o recurso cabível contra a decisão judicial impugnada, e até como providência judicial, ao ser concedida de ofício pelo juiz).

Essa competência dos Tribunais Regionais Federais abrangia os habeas corpus impetrados contra ato de Juiz do Trabalho(6), ao

fundamento de que esta Justiça especializada não tinha competência penal (é lembrar que o habeas corpus, mesmo versando questão cível é sempre e sempre uma ação penal). Agora, conforme o art. 114, IV, CF, na redação da EC 45/04, dita competência passa a ser dos Tribunais Regionais do Trabalho, dando legitimidade a uma prática benfazeja (pois a totalidade dos writs eram impetrados versando prisão civil de depositário infiel em reclamações trabalhistas, sobre que a Justiça do Trabalho mesmo estava mais bem apetrechada para resolver) e reiterada, bem assim comprovando que água mole em pedra dura...

O critério da hierarquia jurisdicional (critério que norteia a fixação da competência para o habeas corpus) é de se aplicar também aos casos de jurisdição delegada, por isso que silente a Constituição a respeito. Nessa ordem de considerações, o habeas corpus impetrado em face de um juiz estadual pelo exercício de jurisdição federal delegada, comum no processo de tráfico internacional de entorpecentes, é de competência do Tribunal Regional Federal.

Aqui, uma justificativa: deixo de analisar a competência relativa ao mandado de segurança (art. 108, I, c, CF), por isso que, mesmo quando utilizado no curso de processo-crime, trata-se de ação de natureza civil. Diferente do habeas corpus que, mesmo quando trate de questões cíveis (de depositário infiel ou de inadimplente de pensão alimentícia), tem sempre natureza penal. Demais, se o uso do mandado de segurança na esfera cível já é visto com reservas, sendo admitido somente em casos de decisões teratológicas não sujeitas a recurso com efeito suspensivo, na esfera penal, tal restrição possui contornos ainda mais estreitos, tendo os recursos elenco taxativo, vigorando, como regra, o princípio da irrecorribilidade das interlocutórias, com as exceções previstas no art. 581 do CPP, e em leis especiais.

5. Análise do art. 109, IV, da CF

O art. 109, IV, da CF tem a seguinte redação: “os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral”.

5.1. Crime político

A competência para julgamento de crimes políticos, previstos na Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/83), anteriormente pertencia à Justiça Militar (art. 129, §1º, CF/69). Com a CF/88, cabe à Justiça

Federal o processo e julgamento por crime contra a segurança nacional, segundo a regra literal do art. 109, IV, da CF, oposta à do art. 30, Lei 7.170/83, anterior à promulgação da Constituição de 1988 e por ela não recepcionada(7).

O crime político se caracteriza somente quando presentes os pressupostos cristalizados no art. 2o, Lei 7.170/83: motivação política e lesão real ou potencial aos bens juridicamente tutelados(8).

Na hipótese de sentença proferida por juiz federal, por crime político, não cabe recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal, e sim recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal (art. 102, II, b, CF).

5.2. Crimes contra a União, autarquias e empresas públicas federais

Cumpra-se inicialmente que os bens, serviços e interesses tutelados pelo art. 109, IV, da CF são aqueles relacionados institucionalmente às entidades públicas mencionadas na norma, não abrangendo aqueles relacionados pessoalmente com seus dirigentes, de modo que, buscando exemplo na história recente, eventual crime praticado durante invasão de fazenda pertencente à família do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, perpetrada por membros do Movimento dos Sem-Terra – MST, é da competência da Justiça Estadual(9).

Entre as autarquias federais, temos o DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte, sucessor do DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, o BACEN – Banco Central do Brasil, e outras. “Aplica-se ao crime de estelionato, em que figure como vítima entidade autárquica da Previdência Social, a qualificadora do §3o do art. 171 do Código Penal” (Súmula 24/STJ). De se considerar como entidade autárquica também as fundações públicas, consoante se pacificou antiga controvérsia(10).

A propósito das entidades de fiscalização profissional, como a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, CRM – Conselho Regional de Medicina, a jurisprudência sempre se inclinou pela competência da Justiça Federal, uma vez que se tratava de autarquias federais. A questão em nada se alterou com a edição da Lei 9.649/98, cujo art. 58 retira dos conselhos de profissões regulamentadas o status de autarquias, por isso que determinada pelo STF sua suspensão cautelar na ADIMC nº 1.717/DF(11). Assim, compete à Justiça Federal processar e julgar eventual delito de falsificação de carteira da Ordem dos Advogados do Brasil(12), bem assim o uso de documento falso perante a OAB(13).

Entre as empresas públicas federais, temos a Caixa Econômica Federal – CEF: os delitos cometidos contra o patrimônio da Caixa Econômica Federal, que é empresa pública da União, submetem-se à competência da Justiça Federal(14).

Em relação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, também empresa pública federal, não atrai a competência da Justiça Federal o crime praticado contra bens das suas (inúmeras) agências franqueadas. Desse modo, a Justiça Estadual é competente para processar e julgar crime de dano praticado contra bens integrantes do acervo patrimonial de agência franqueada da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, quando não houver qualquer prejuízo a bens ou serviços da empresa pública federal(15). Mas se o crime contra a agência franqueada atingir os serviços da ECT, a competência é da Justiça Federal, por exemplo, quando forem furtados talões de cheques destinados à entrega domiciliar como correspondência.

Finalmente, urge ressaltar que, para a incidência da norma constitucional, basta a ofensa a bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não sendo necessária a ocorrência de efetivo prejuízo(16).

5.3. Crimes contra sociedades de economia mista e concessionárias e permissionárias de serviço público federal

Os crimes praticados em detrimento de sociedades de economia mista federal (ex: Banco do Brasil, Petrobrás) são de competência da Justiça Estadual, por isso que não amparadas no art. 109, IV, CF: “compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento” (Súmula 42/STJ).

O mesmo se diga em relação às concessionárias e permissionárias de serviço público federal, de modo que compete à Justiça Estadual processar e julgar, exemplificadamente: i) o delito de incitação ao crime, previsto no art. 19, Lei 5.250/67, ainda que praticado por meio de comunicação, vale dizer, por intermédio de empresa concessionária de serviço público federal(17); ii) o crime do artigo 183 da Lei nº 9.472/97, consistente na utilização de central telefônica clandestina em residência, com o objetivo de realizar ligações para o exterior(18); e iii) ilícito consistente na recepção clandestina de sinal de TV a cabo(19).

5.4. Crimes em detrimento de fundos ou de programas de crédito federais

Os crimes em detrimento de programa de financiamento federal são de competência da Justiça Federal, pois se trata de recursos da União, ainda que o financiamento seja operacionalizado por sociedade de economia mista, que na hipótese atua como órgão de execução da política de crédito e financiamento do Governo Federal(20).

O mesmo raciocínio se aplica quando se tratar de fundo do qual a União ou suas entidades participem. Desse modo, o estelionato praticado em conta vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Lei 8.036/90 e LC 110/01), ainda que depositário outro Banco que não a Caixa Econômica Federal, é de competência da Justiça Federal(21). Igualmente, os crimes praticados contra o PASEP, fundo público instituído pela LC 8/70, são de competência da Justiça Federal(22).

No seu turno, há o financiamento para o custeio agrícola, realizado com recursos próprios do Banco do Brasil, ou seja, com recursos que não são propriamente da União. Os crimes contra esse financiamento, geralmente estelionato (art. 171, CP), são de competência da Justiça Federal. Deveras, o Banco do Brasil atua na espécie dentro da Política de Garantia de Preços Mínimos, como órgão de execução da Política Agrícola inserida no Sistema Nacional de Crédito Rural, com interesse direto e específico da União(23).

5.5. Crime de porte ilegal de arma de fogo

O crime de porte ilegal de arma de fogo (previsto anteriormente no art. 10, Lei 9.437/97, e ora nos arts. 14 e 16, Lei 10.826/03 – Estatuto do Desarmamento, que revogou a Lei 9.437/97), embora haja fiscalização do porte de arma pelo Ministério da Justiça, via Sistema Nacional de Armas – SINARM, não enseja, só por isso, a competência da Justiça Federal, por isso que ausente interesse direto e específico da União, sendo de competência da Justiça Estadual comum, ainda que se trate de arma de uso privativo das Forças Armadas(24) ou de origem estrangeira(25).

5.6. Contravenções penais

As contravenções contra a União e suas entidades estão excluídas da competência da Justiça Federal, competindo à Justiça Estadual: “compete à Justiça Estadual comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades” (Súmula 38/STJ), de modo que, na hipótese de conexão ou continência com crime de competência da Justiça Federal, prevalece a regra constitucional, indicando a necessidade do desmembramento do processo(26).

5.7. Atos infracionais

Estão excluídos também da competência da Justiça Federal “os crimes federais praticados por menores inimputáveis”. As aspas se justificam: a criança e o adolescente não cometem crime ou contravenção, mas ato infracional, e nem se lhe aplica pena, mas medida socioeducativa, por isso que se submetem à jurisdição do Juiz da Infância e da Juventude(27).

5.8. Crime de “lavagem” de dinheiro

Os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, dinheiro e valores, estão previstos na Lei 9.613/98. A competência para o crime de lavagem de dinheiro é definida diante do caso concreto e em função do crime antecedente. Se o crime anterior for de competência da Justiça Federal, caberá a esta o julgamento do processo relacionado ao crime acessório. Compete à Justiça Estadual, por exemplo, o crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores oriundos, em tese, de crimes falimentares, estelionatos e falsidade, se inexistente, em princípio, imputação de delito antecedente afeto à Justiça Federal(28).

5.9. Crime de contrabando e descaminho e de receptação

A competência para os crimes de descaminho e contrabando é da Justiça Federal(29) . Mas “A saída de veículo furtado para o exterior não configura o crime de descaminho ou contrabando, competindo à Justiça comum estadual o processo e julgamento dos delitos dela decorrentes” (Súmula 238/ex-TFR), em virtude do princípio da consunção, porque o fato posterior (descaminho) é considerado mero exaurimento do fato anterior (furto), i.e., *post factum* impunível.

Outrossim e quanto ao delito de receptação, compete seu processo e julgamento, via de regra, à Justiça comum estadual(30). Mas, tratando-se de receptação de bens contrabandeados, considerada a receptação enquanto delito de autonomia relativa, a competência é da Justiça Federal, competente para o crime anterior e conexo de contrabando(31).

5.10. Crime de falsificação e uso de documento público

Em relação ao uso de documento falso, se o autor da falsificação não é o agente que usa o documento, irrelevante é a natureza do mesmo (federal ou estadual/municipal/privado), importando, antes, a direção de sua utilização. Assim: (i) se o agente apresenta, ao Serviço de Fiscalização da Polícia Rodoviária Federal (serviço público da União), uma Carteira Nacional de Habilitação (documento expedido por

repartição estadual) falsificada por outrem, a competência é da Justiça Federal; (ii) se o agente utiliza selos de IPI (imposto da União) falsificados por outrem, visando não a fraudar o Fisco Federal, mas antes comercializar a bebida alcoólica falsificada, a competência é da Justiça Estadual(32); (iii) “Compete à Justiça Estadual processar e julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído à empresa privada” (Súmula 62/STJ); e (iv) “Compete à Justiça Estadual processar e julgar crime de estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, quando não ocorrente lesão à autarquia federal” (Súmula 107/STJ).

Por outro lado, em caso de uso de documento falso pelo próprio autor da falsificação, configurado está um só crime, qual seja o de falsificação (o uso é mero exaurimento ou post factum impunível), devendo a competência ser definida pela natureza do documento, independente da direção de sua utilização(33). Desse modo, falsificação e uso de documento federal atraem a competência da Justiça Federal, enquanto a falsificação e uso de outros documentos são de competência da Justiça Comum estadual. Em relação a documentos escolares: “compete à Justiça Estadual o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino” (Súmula 104/STJ) e “compete à Justiça Estadual o processo e julgamento de crime de falsificação ou uso de certificado de conclusão de 1o e 2o graus, desde que não se refira a estabelecimento federal de ensino ou a falsidade não seja de assinatura de funcionário federal” (Súmula 31/ex-TFR); mas a falsificação e uso de diploma de curso superior são sempre de competência da Justiça Federal, porque se trata de documento público federal, ainda quando expedido por faculdade ou universidade particular, já que sujeito a registro no Ministério da Educação – MEC(34).

5.11. Crimes contra as Justiças do Trabalho e Eleitoral

Os crimes contra as Justiças do Trabalho e Eleitoral são de competência da Justiça Federal.

Desse modo, “compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de falsificação ou de uso de documento falso perante a Justiça do Trabalho” (Súmula 200/ex-TFR). “Compete à Justiça Federal processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista” (Súmula 165/STJ). O crime de patrocínio infiel em reclamatória trabalhista atinge a Justiça do Trabalho, competindo o processo e julgamento à Justiça Federal(35). O descumprimento pelo Prefeito de ordem judicial do Presidente de Tribunal Regional do Trabalho para inclusão de valores no orçamento com vistas ao

pagamento de precatório é de competência da Justiça Federal(36) . A ameaça de morte proferida em audiência na Justiça do Trabalho, guardando estreita relação com o deslinde da causa, sugere a capitulação jurídica dos fatos ao art. 344, CP e a competência da Justiça Federal(37).

Já em relação aos crimes contra a Justiça Eleitoral (que não se confundem com os crimes eleitorais, estes sim de competência da Justiça Eleitoral), compete à Justiça Federal processar e julgar crime de falso testemunho praticado em detrimento da administração da Justiça Eleitoral, por isso que não se trata de crime eleitoral. A circunstância de ocorrer o falso depoimento em processo eleitoral não estabelece vínculo de conexão para atrair a competência da Justiça Eleitoral, afetando seu processo e julgamento à Justiça Federal(38).

5.12. Crimes contra o meio ambiente

Em relação aos crimes contra a fauna, de se ressaltar, inicialmente e quanto ao sujeito passivo dos delitos faunísticos, que, ao contrário do que se poderia deduzir num primeiro momento, não são os animais, muito embora sejam eles que suportam a violência física ou psíquica. Os animais jamais serão sujeitos de delitos. Figuram sempre no âmbito do Direito Penal como objeto material da conduta criminosa(39). Sujeito passivo é o proprietário (no sentido laico da palavra) do território onde se encontra o animal mesmo.

A Lei 9.605/98 não revogou o art. 1º, Lei 5.197/67, segundo o qual os animais da fauna silvestre pertencem à União. Entretanto, a fixação da competência se dá pelo critério da propriedade territorial, não pelo critério da propriedade animal, máxime quando se tem em conta que o proposto no parágrafo único do artigo 26 da Lei 9.605/98, que previa a competência privativa da Justiça Federal, foi vetado e o veto mantido. Nessa premissa e lembrando que a Lei 9.605/98 criminalizou condutas contra a fauna que antes não eram crimes, como a pesca predatória (fauna aquática), a Súmula 91/STJ ("Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra a fauna") foi cancelada: nem sempre os rios e lagos que contêm a fauna aquática pertencem à União (ao contrário: quase sempre pertencem aos Estados e Municípios).

Assim, a competência dos crimes contra a fauna silvestre é da Justiça Federal somente se a conduta ocorrer em terras de propriedade da União ou de suas entidades autárquicas ou fundacionais, quando caracterizado seu interesse direto e específico. Do contrário, a competência é da Justiça Estadual para, exemplificadamente, processar e julgar o abate de animal silvestre em fazenda

particular(40) e a manutenção em cativeiro de animal silvestre sem a devida permissão(41).

O crime contra animal doméstico e de propriedade particular é de competência da Justiça Estadual(42). O mesmo se dá com o crime praticado contra qualquer outro animal que não se enquadre na fauna silvestre nacional, a exemplo de um tigre-de-bengala(43).

Mas, atrai a competência da Justiça Federal o delito envolvendo espécies ameaçadas de extinção(44); a conduta envolvendo ato de contrabando de animais silvestres, peles e couros de anfíbios ou répteis para o exterior; a introdução ilegal de espécie exótica no país; além de conduta que ultrapassa os limites de um único Estado ou as fronteiras do país(45). Nestes casos, há interesse específico, direto e imediato da União, para os fins do art. 109, IV, CF.

Tendo em conta o critério da propriedade territorial, a competência para a pesca predatória ou em período de defeso nem sempre é da Justiça Federal, podendo ser da estadual: basta que a água não seja bem da União(46). Será da Justiça Federal se for praticado, por exemplo, no mar territorial brasileiro(47), em rio interestadual(48), nos lagos e rios pertencentes à União, suas autarquias ou empresas públicas(49).

Os crimes contra a flora somente serão processados e julgados na Justiça Federal se a infração for praticada contra algum bem pertencente à União ou a suas entidades, quando presente estará seu interesse direto e específico. O interesse meramente genérico não determina a competência da Justiça Federal. Irrelevante, também e nesse ângulo de determinação de competência penal originária, a circunstância de caber ao IBAMA, que é órgão federal, a fiscalização da preservação do meio ambiente. Assim, em se tratando de delito perpetrado contra os sistemas ecológicos elencados no art. 225, §4o, CF (Floresta Amazônica brasileira, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense e Zona Costeira), que são patrimônio nacional, a competência é da Justiça Estadual(50).

Em se tratando de crime de desmatamento cometido em terras particulares não oneradas, não há prejuízo a bens, serviços ou interesses da União, por isso que a competência é da Justiça Comum Estadual(51). O mesmo se diga se se tratar de possível crime ambiental, previsto no artigo 39, Lei 9.605/98, consistente em cortar árvores de floresta considerada de preservação permanente, perpetrado em terras particulares, que não configura, em tese, violação a interesses, bens ou serviços da União(52). Consoante iterativa jurisprudência do STJ, compete à Justiça Estadual o processo e julgamento de crime ambiental consistente na extração de areia

sem a devida autorização do órgão competente, quando perpetrado em propriedade particular(53).

Nessa mesma compreensão, os crimes ambientais relacionados com os organismos geneticamente modificados (transgênicos) e previstos na Lei 8.974/95, a exemplo do cultivo de soja transgênica em desacordo com a legislação vigente (art. 13, V, Lei 8.974/95), são de competência da Justiça Comum Estadual, por isso que não há interesse direto e específico da União, tampouco a circunstância da necessidade de parecer consultivo da Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio) para a manipulação, circulação e liberação de organismos geneticamente modificados é suficiente para atrair a competência da Justiça Federal(54).

Acordando com a novel orientação do STJ, compete à Justiça Federal o processo e julgamento de crime ambiental referente a parcelamento irregular de solo urbano (popularmente conhecido como “grilagem de terras”) em terras da União, por isso que se tem como presente a ocorrência de esbulho sobre bem imóvel desta entidade pública - alterando-se anterior entendimento que não via prejuízo a bens, serviços ou interesse da União, fixando a competência na Justiça Comum(56). Impõe-se o registro de que esse novel entendimento está em sintonia com a posição do STF(57).

Por fim, a extração ilegal de minérios, prevista antes no art. 21, Lei 7.805/89, e ora no art. 55, Lei 9.605/98, é de competência da Justiça Federal(58), ainda que perpetrado em propriedade particular, por isso que os recursos minerais constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União (art. 176, caput, CF).

5.13. Crime praticado por funcionário público federal

“Compete à Justiça Federal processar e julgar os delitos praticados por funcionário público federal, no exercício de suas funções e com estas relacionados” (Súmula 254/ex-TFR). Tendo em conta que o art. 58 da Lei 9.649/98 está com sua eficácia suspensa pelo STF (ADIMC 1.717), os funcionários dos Conselhos Profissionais continuam equiparados a funcionários públicos federais (art. 327, CP), atraindo a competência da Justiça Federal para os crimes por eles praticados(59).

Se funcionário público federal cometer crime doloso contra a vida no exercício de suas funções e com estas relacionado (propter officium), a competência é do Júri Federal, regulado pelo DL 253/67(60). Nessa toada, o Júri Federal é competente para julgar Patrulheiro da Polícia Rodoviária Federal que comete homicídio doloso no desempenho de

suas funções, evidenciado o interesse da Administração Pública Federal pelo exercício da atividade estatal no momento do crime(61).

O crime de tráfico de influência é da competência da Justiça Federal sempre que o funcionário público agente da suposta influência qualificar-se como federal, independente de haver ou não prejuízo à União, suas autarquias ou empresas públicas federais, por isso que o bem jurídico tutelado é o prestígio da Administração Pública Federal(62).

O crime de abuso de autoridade praticado por funcionário público federal no exercício de suas atribuições funcionais é de competência da Justiça Federal(63), ainda que se trate de militar (membro das Forças Armadas), pois “compete à Justiça Comum processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade, ainda que praticado em serviço” (Súmula 172/STJ).

Se o crime não for praticado por funcionários públicos federais, e sim por pessoas que se arvoram dessa qualidade, sem a ter de fato, a competência é da justiça estadual(64).

O empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT pode, evidentemente, cometer peculato, mas, por se tratar de crime próprio, não podia ser cometido por empregado de agência franqueada(65) antes da Lei 9.983/00, que, alterando o art. 327, § 1º, CP, equiparou-o a funcionário público.

A propósito do crime de concussão praticado por médico credenciado ao SUS, a competência é, conforme orientação pacífica do STF, da Justiça Estadual(66).

5.14. Crime praticado contra funcionário público federal

“Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função” (Súmula 147/STJ) e “compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra servidor público federal no exercício de suas funções e com estas relacionados” (Súmula 98/ex-TFR). Portanto, se uma pessoa queria matar alguém e matou um funcionário público federal (*aberratio ictus*), a competência para respectivo processo e julgamento é da Justiça Comum Estadual, porque se considera a qualidade da pessoa que se queria atingir (art. 19, §3o, CP). O inverso é verdadeiro: se queria matar um funcionário público federal em decorrência do exercício de sua função, mas acaba matando uma pessoa do povo, a competência é da Justiça Federal. Agora, se a pessoa comete um crime passional dentro de uma repartição pública federal, ou contra um funcionário público federal, de modo que não quis atingir o agente (e suas funções), mas a

pessoa de per si, a competência é da Justiça Comum Estadual: não há infração contra serviço ou interesse da União e suas entidades.

Se se tratar de crime doloso contra a vida de funcionário público federal no exercício de suas funções e com estas relacionadas, a competência é do Júri Federal.

Interessante notar que, se o servidor público for estadual, mas estiver no exercício de função pública federal delegada, a competência também é da Justiça Federal. Assim, compete à Justiça Federal processar e julgar: (i) crimes de resistência e homicídio tentado praticados contra policial civil estadual que agia cumprindo mandado expedido por Juiz Federal, portanto em atividade delegada federal⁽⁶⁷⁾; e (ii) o crime de desacato cometido contra Juiz Estadual investido da jurisdição eleitoral⁽⁶⁸⁾.

5.15. Crime de malversação de verba pública da União

No que tange à malversação de verba pública da União repassada ao Município, se o dinheiro se incorporou ao patrimônio municipal, a competência é da Justiça Comum Estadual: "Compete à Justiça Estadual processar e julgar Prefeito Municipal por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal" (Súmula 209/STJ) e "compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar Prefeito Municipal acusado de desvio de verba recebida em razão de convênio firmado com a União Federal" (Súmula 133/ex-TFR). Mas, se não houve essa incorporação, de modo que o Prefeito se submete à fiscalização do Tribunal de Contas da União, "compete à Justiça Federal processar e julgar Prefeito Municipal por desvio de verba sujeita à prestação de contas perante órgão federal" (Súmula 208/STJ).

6. Análise do art. 109, V, CF

O art. 109, V, CF tem a seguinte redação: "os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente".

A simples prática de qualquer dos crimes previstos em tratado ou convenção internacional não enseja necessariamente a fixação da competência penal originária na Justiça Federal (ainda que se trate de crimes contra os direitos humanos, nos termos a serem analisados no item seguinte, por isso que há hipótese de deslocamento de competência, e não de fixação de competência penal originária). Exige-se, ainda (com exceção dos casos em que a internacionalidade for elementar do tipo), que os crimes se revistam do caráter de

internacionalidade, ou seja, tenham efetiva repercussão internacional, e não apenas interna(69).

Dentre os crimes previstos em tratado ou convenção internacional adotados pelo Brasil, a hipótese mais comum é do tráfico internacional de entorpecentes: se ocorrer a internacionalidade do tráfico, firma-se a competência da Justiça Federal. Caso contrário, ela será da Justiça Estadual, ou seja, na hipótese de tráfico interno: "salvo ocorrência de tráfico para o exterior, quando então a competência será da Justiça Federal, compete à Justiça dos Estados o processo e julgamento dos crimes relativos a entorpecentes" (Súmula 522/STF).

O fato de a substância entorpecente ter sido adquirida de um estrangeiro não permite só por si a presunção do caráter internacional do delito, a justificar a competência federal(70), até porque pratica tráfico internacional o agente que, solitariamente, busca a droga no estrangeiro. Nessa compreensão, necessário e bastante ao tráfico internacional de entorpecentes o trânsito da droga entre dois países, sendo desnecessário demonstrar a efetiva cooperação entre os traficantes, a organização dos agentes ou o envolvimento formal entre nacionais e estrangeiros(71). Mas, o tráfico internacional pressupõe o intuito de transferência da droga envolvendo mais de um país, não necessitando, porém e para sua caracterização, da efetiva ocorrência do resultado(72).

Para a caracterização do tráfico internacional, exige-se, para mais do susomencionado, que a droga seja proibida também no país de origem, por isso que em relação ao cloreto de etila, vulgarmente conhecido por "lança-perfume", não configura tráfico internacional a importação de lança-perfume, produto de comercialização e uso proibido no Brasil, se no país onde foi adquirido não é de venda proibida(73).

A própria Constituição prevê a possibilidade do processo e julgamento do crime de tráfico internacional de entorpecentes pela Justiça Estadual, com jurisdição federal delegada, a teor do seu art. 109, § 3o e, em vista do art. 27, Lei 6.368/76, "compete à Justiça Estadual de primeira instância processar e julgar crimes de tráfico internacional de entorpecentes, quando praticado o delito em comarca que não seja sede de Vara do Juízo Federal" (Súmula 54/ex-TFR). Nessa hipótese de jurisdição federal delegada, o recurso cabível é sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau (art. 109, §4o, CF). Mas, em se tratando de tráfico internacional cometido a bordo de aeronave ou navio, a competência é sempre da Justiça Federal, pois ante a ausência de previsão legal, não é possível o exercício da jurisdição federal pelo juiz estadual, por delegação(74). De se registrar ainda que a

competência do Juiz Estadual investido de jurisdição federal, em relação à do Juiz Federal cuja circunscrição abrange a comarca daquele, é relativa, devendo ser argüida oportuno tempore, sob pena de preclusão(75).

Se ocorre, no curso do processo, a desclassificação do crime de tráfico internacional de entorpecentes para o crime de tráfico interno, os Tribunais Regionais Federais têm mantido a competência da Justiça Federal nesta hipótese, sustentando a aplicação do art. 81, CPP(76). Contrariamente, o STJ já decidiu pela competência da Justiça Estadual, no CC 15.532, Edson Vidigal, 3ª Seção, DJ 03.06.96. Enfim, como se trata de questão constitucional, de se observar a definitiva posição do STF, coincidente à do STJ, no sentido de que, afastada a internacionalidade do tráfico, deve o processo ser remetido ao juízo estadual, a exemplo do HC 74.479, CARLOS VELLOSO, 2ª T, DJ 28.02.97.

Há diversas convenções e tratados internacionais para fins da incidência da norma constitucional, como bem discriminadas estão por ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA(77). Vale mencionar: a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção para Repressão ao Tráfico de Mulheres e Crianças, de que decorre, respectivamente, a competência da Justiça Federal para os crimes de transferência ilegal de criança para o exterior (art. 239, Lei 9.069/90 – ECA) e de tráfico de mulheres (art. 231, CP).

7. Análise do art. 109, V-A, CF

A EC 45/04 - Reforma do Judiciário- introduziu no art. 109, CF, o inc. V-A, com a seguinte redação: “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo”. No seu turno, o mencionado §5º registra: “Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal”.

Trata-se da chamada federalização dos crimes contra os direitos humanos, uma coerente inovação em termos de competência penal da Justiça Federal que, pelo andar do andar, está na iminência de ser aplicada pela primeira vez no chocante assassinato da missionária norte-americana Dorothy Mae Stang, ocorrido em 12 de fevereiro de 2005, em Anapu, no Pará.

Na premissa de que os crimes contra os direitos humanos são previstos em tratados internacionais ratificados pelo Brasil, é a União que tem a responsabilidade internacional pela sua prevenção e repressão. Nesse Contexto, de se recordar, não sem alguma tristeza: (i) o caso de emasculação de crianças para ritual de magia negra ocorrido em Altamira, no Pará, nos idos de 1989 a 1993; (ii) o famoso Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, quando houve o homicídio de 19 integrantes do MST – Movimento dos Sem-Terra por membros da Polícia Militar do Pará; e (iii) o Massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, quando morreram 111 detentos por ação da Polícia Militar de São Paulo.

Todos esses crimes e outros mais, que atentam contra os direitos humanos e ensejaram mais de cem denúncias contra o Brasil na Corte Interamericana dos Direitos Humanos, devido à demora na punição dos responsáveis, são originariamente de competência da Justiça Comum Estadual, de modo que a União não tinha como intervir institucionalmente. Em síntese, respondia no plano internacional por fatos que não eram de sua responsabilidade no plano nacional. Para pôr termo a esse paradoxo, a EC 45/04 permitiu a assunção institucional da repressão desses crimes pela União (Justiça Federal, Ministério Público Federal e Polícia Federal), por meio de incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Importante registrar: os crimes contra os direitos humanos (especialmente a tortura, o homicídio doloso qualificado praticado por agente policial, os crimes contra os indígenas, o trabalho escravo e infantil, bem assim os homicídios dolosos motivados por preconceito de origem, raça, sexo, opção sexual, cor, religião, opinião política ou idade, ou quando decorrente de conflitos fundiários de natureza coletiva) eram e continuam sendo de competência penal originária da Justiça Comum estadual. Portanto, a EC 45/04 não importou em alteração da competência penal originária da Justiça Federal neste particular. Apenas nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de Tratados internacionais de direitos humanos de que o Brasil seja parte, poderá suscitar perante o STJ, o incidente de deslocamento de competência da Justiça comum estadual para a Justiça Federal.

8. Análise do art. 109, VI, CF

O art. 109, VI, CF tem os seguintes dizeres: “os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira”.

8.1. Crimes contra a organização do trabalho

Os crimes contra a organização do trabalho são aqueles definidos nos arts. 197 a 207, CP. A CF não atribuiu aos órgãos judiciários da Justiça do Trabalho qualquer competência penal, por isso que, chegando a esses o conhecimento de algum crime contra a organização do trabalho, deverão comunicar o fato à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal ou ao Juízo Federal competente.

É necessário para incidência da norma lesão aos direitos dos trabalhadores coletivamente considerados: “competete à Justiça Federal processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho, quando tenham por objeto a organização geral do trabalho ou direitos dos trabalhadores considerados coletivamente” (Súmula 115/ex-TFR). Em se tratando de mera lesão a direito individual, a competência é da Justiça Estadual(78).

No tocante aos crimes decorrentes de greve, dispunha o art. 119, VI, CF/67, competir à Justiça Federal o processo e julgamento dos “crimes contra a organização do trabalho, ou decorrentes de greve”. A interpretação jurisprudencial pacífica dessa norma era no sentido de somente atrair a competência da Justiça Federal os crimes com repercussão sobre os trabalhadores coletivamente considerados, de modo que os demais crimes contra a organização do trabalho e decorrentes de greve, que não tivessem essa conotação, eram afetos à Justiça Estadual. O art. 109, VI, CF, ora em análise, não reproduziu a expressão “ou decorrentes de greve”, mas persiste o vetusto entendimento(79).

O trabalho escravo, capitulado como crime no art. 149, CP (“Reduzir alguém à condição análoga à de escravo”), sendo como é crime contra a liberdade pessoal (topograficamente localizado na seção I do capítulo VI do título I da Parte Especial do CP), não pode ser também crime contra a organização do trabalho (topograficamente localizado no capítulo I do título IV da Parte Especial do CP), determinando-se, por isso mesmo, a competência na Justiça Comum Estadual(80). Não basta para atrair a competência da Justiça Federal a circunstância de o Brasil ser signatário das Convenções 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho - OIT (aprovadas pelos Decretos-legislativos 24/56 e 20/65 e promulgadas pelo Decretos 41.721/57 e 58.822/66, respectivamente), porque se compromete, em ambas, a adotar medidas eficazes no sentido de abolir o trabalho forçado ou obrigatório, tampouco a circunstância de existir, no âmbito federal, o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado – GERTRAF e o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, encarregados desse mister. É que a prática desse crime tem repercussão apenas interna e não há interesse direto e específico da União (o interesse desta na repressão

ao trabalho escravo só é genérico), nem decorre a competência da Justiça Federal da circunstância de haver órgão federal exercendo a pertinente fiscalização. Este era o entendimento correto que prevalecia até a EC 45/04, e que deve prevalecer mesmo agora, com a nota de eventual incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

8.2. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira

Nem todos os crimes contra o sistema financeiro nacional são de competência da justiça federal, mas somente aqueles definidos na Lei 7.492/86(81) , por força da exigência constitucional do art. 109, VI, final, da CF que limita essa competência aos “casos determinados por lei”. Está no art. 26, caput, Lei 7.492/86: “a ação penal, nos crimes previstos nesta Lei, será promovida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal”. Por isso que a jurisprudência, nos crimes contra o sistema financeiro previstos na Lei 4.595/64, aponta a competência da Justiça Estadual: essa lei não atribuiu a competência penal em favor da Justiça Federal.

Se o estelionato, em tese perpetrado, não lesou serviços, bens ou interesses da União ou entidades federais, mas tão-somente particulares, não se caracteriza o crime contra o sistema financeiro nacional, como previsto na Lei 7.492/86, ensejando a competência da Justiça Estadual(82). “Compete à Justiça dos Estados, em ambas as instâncias, o processo e o julgamento dos crimes contra a economia popular” (Súmula 498/STF). O empréstimo de dinheiro realizado com recursos próprios, mediante a cobrança de juros extorsivos, não se amolda à Lei 7.492/86. Deveras, o particular que assim atua comete o crime de usura, descrito no art. 4º da Lei de Economia popular, a ser julgado pela Justiça Estadual(83). Mas, verificando-se que o agente exercia atividade típica de instituição financeira, captando recursos junto a pessoas físicas a pretexto de investi-los no mercado financeiro, com a promessa de rendimentos, configura-se a prática, em tese, de crime contra o sistema financeiro nacional previsto no art. 16, Lei 7.492/86, competindo à Justiça Federal seu processamento e julgamento. A eventualidade desta conduta não afasta a descrição típica do art. 16, Lei 7.492/86, porque o parágrafo único do art. 1º da referida lei equipara à instituição financeira a pessoa natural que exerça atividades de captação, de intermediação ou de aplicação de recursos financeiros ainda que de forma eventual(84).

Tendo o contrato de leasing caráter predominante de financiamento, e não de locação, incide, em tese, o art. 19, Lei 7.492/86, o que fixa a competência da Justiça Federal(85).

Os crimes contra a ordem econômico-financeira são aqueles previstos, basicamente, na Lei 8.137/90 e 8.176/91. É assente na jurisprudência que a prática desses crimes não causa lesão a bens, serviços ou interesses da União (art. 109, VI, CF), de modo que se define a competência na Justiça Comum Estadual(86). Evidente: a competência da Justiça Federal ocorre se se tratar de tributo federal, como, por exemplo, a apropriação indébita previdenciária (art. 168-A, CP, introduzido pela Lei 9.983/00).

O crime de moeda falsa (art. 289, CP) é de competência da Justiça Federal, quer se trate de moeda nacional ou estrangeira(87). Mas, para atrair a competência da Justiça Federal, o laudo pericial deve atestar que as cédulas falsificadas são de regular qualidade e que, dependendo das circunstâncias, podem induzir o homem de compreensão média a erro(88). Desse modo, “a utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual” (Súmula 73/STJ). Quanto ao crime de petrechos para falsificação de moeda (art. 291, CP), se esses instrumentos prestarem exclusivamente à contrafação da moeda, a competência é da Justiça Federal. Entretanto, se puderem ser utilizados para a prática de outras fraudes, como, por exemplo, o “conto do paco”, a competência para conhecer da ação penal é da Justiça Estadual(89).

A propósito do crime de adulteração de combustíveis, as atribuições legais da Agência Nacional do Petróleo – ANP, autarquia federal, no âmbito administrativo, visando ao controle da distribuição de combustíveis em todo o país, não consubstanciam interesse direto e específico da União. Desse modo, a jurisprudência se consolidou no sentido de que a competência desse crime contra a ordem econômica não é da competência da Justiça Federal, e sim da Justiça Estadual(90).

9. Análise do art. 109, VII, CF

O art. 109, VII, da CF tem a seguinte redação: “os habeas-corpus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição”.

Compete ao Juiz Federal de primeira instância o processo e julgamento de habeas corpus contra Delegado de Polícia Federal para trancar inquérito policial. Mas, se o inquérito tiver sido requisitado por autoridade judiciária ou por despacho de Ministério Público Federal, o juiz será a autoridade coatora, e a competência será do Tribunal Regional Federal(91).

Em relação ao pedido de extensão da ordem concedida em habeas corpus, admitida desde que atendidos os dois requisitos previstos no art. 580, CPP (existência de concurso de agentes e concessão da ordem por motivos que não são de caráter exclusivamente pessoal), competente para apreciar essa extensão é o mesmo juízo federal que concedeu o benefício a outro co-réu(92), ainda que já tenha transitado em julgado a decisão que concedeu o benefício que se pretende ver estendido(93).

10. Análise do art. 109, IX, CF

O art. 109, IX, da CF tem a seguinte redação: “os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar”.

A Lei 2.180/54, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo, não define navio, mas embarcação. Está no seu art. 11: “Considera-se embarcação mercante toda construção utilizada como meio de transporte por água, e destinada à indústria da navegação, quaisquer que sejam as suas características e lugar de tráfego”. Ao que parece da leitura da lei, navio é utilizado como sinônimo de embarcação. A mesma impressão se tem da leitura do art. 7º, § 3º, DL 1.001/69 – Código Penal Militar, quando determina que, “para efeito da aplicação deste Código, considera-se navio toda embarcação sob comando militar”.

Entretanto e historicamente, sabe-se que o vocábulo navio é reservado a embarcações de maior porte: embarcação é gênero, do qual navio é espécie. Basta consultar o Novo dicionário da língua portuguesa, de AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, 1ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 965: “Navio. (Do lat. navigiu.) S.m. 1. Embarcação de grande tamanho; nau (...)”. A jurisprudência é pacífica no sentido de que o termo constitucional “navio” abrange somente as embarcações aptas para a navegação em alto-mar, excluídas as embarcações de pequeno porte ou de pequeno calado: os crimes nestas praticados são da competência da Justiça comum estadual(94).

Noutra banda, o art. 106, Lei 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), define aeronave: “considera-se aeronave todo aparelho manobrável em voo, que possa sustentar-se e circular no espaço aéreo, mediante reações aerodinâmicas, apto a transportar pessoas ou coisas”.

No que tange às aeronaves, aplica-se o mesmo raciocínio anterior (do navio), por isso que seria absurdo limitar a competência da Justiça

Federal a embarcações de grande porte e admiti-la para aeronaves de pequeno porte, como os corriqueiros ultraleves, monomotores e bimotores. E, em boa hermenêutica, não se admite interpretação que leva ao absurdo(95).

Em se tratando de navio ou aeronave de tamanho considerável submetida à jurisdição nacional, não há necessidade de que o crime envolva estrangeiro para atrair a competência da Justiça Federal(96). Se se tratar de crime doloso contra a vida cometido a bordo de navio ou aeronave de tamanho considerável, a competência é do Júri Federal, disciplinado no Decreto-Lei 253/67.

A circunstância pura e simples de o navio estar atracado no porto ou de a aeronave estar pousada no aeroporto não tem repercussão alguma na competência da Justiça Federal, por isso que determinada, na dicção constitucional, pela ocorrência do crime “a bordo de navios ou aeronaves”, e não pela ocorrência do crime “a bordo de navios em navegação ou aeronaves em vôo(97)”.

Se se tratar de crime militar a bordo de navios ou aeronaves (v.g., crime praticado em um navio de guerra), a competência será da Justiça Militar, por força da ressalva constitucional do fim do inciso mencionado.

11. Análise do art. 109, X, CF

O art. 109, X, da CF tem o seguinte teor: “os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro”.

É importante registrar, desde logo, que a condição de estrangeiro, no processo penal e na perspectiva da competência, só tem relevância quando se trata de ingresso ou permanência irregular no país(98). Assim, o crime de reingresso de estrangeiro expulso (art. 338, CP) é de competência da Justiça Federal. Outro crime qualquer, praticado por estrangeiro e que não se amolde a nenhuma das hipóteses elencadas no art. 109, X, CF, não atrai a competência da Justiça Federal(99).

O ingresso e permanência irregular de estrangeiro no país constituem infração administrativa (art. 125, Lei 6.815/80 – Estatuto do Estrangeiro). Para que constitua crime é necessário que o estrangeiro entre ou permaneça em território nacional usando nomes que não sejam os verdadeiros ou mediante atribuição de falsa qualidade (art. 309, CP).

Se for reconhecida ao estrangeiro a condição de refugiado, suspende-se o processo-crime pela entrada irregular no território nacional (art.

10, Lei 9.474/97). O mesmo se diga se for concedido asilo político ao estrangeiro.

12. Análise do art. 109, XI, CF

O art. 109, XI, da CF tem a seguinte redação: “a disputa sobre direitos indígenas”.

Tratando-se de crime cometido por índio(100) ou contra ele, desde que não haja envolvimento da comunidade indígena como um todo, i.e., se não restar evidenciada a disputa sobre direitos indígenas ou o envolvimento de interesses gerais dos indígenas, vale dizer, se o delito não assumir a proporção da transindividualidade, pondo em risco a cultura e a estrutura de uma comunidade indígena, não há falar em competência da Justiça Federal. Nesse caso, “compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima” (Súmula 140/STJ).

Nessa compreensão, ambas as Turmas do STF são concordes no sentido de que, quando se tratar de crime cometido contra índio fora de reserva indígena, a competência para processá-lo e julgá-lo é da Justiça Comum Estadual e não da Justiça Federal.(101) O mesmo se diga em se tratando de crime cometido por índio contra índio: não configurando disputa sobre direitos indígenas e nem, tampouco, infrações praticadas em detrimento de bens e interesse da União ou de suas autarquias e empresas públicas, não se insere na competência privativa da Justiça Federal(102).

Noutra vereda, os crimes envolvendo disputa sobre direitos indígenas são de competência da Justiça Federal. Assim, o crime praticado por indígena, ou contra ele, relacionado com disputa de terra, atrai a competência da Justiça Federal(103) . Também é de competência da Justiça Federal os crimes de cárcere privado e de extorsão com resultado morte praticados por índios sob a liderança do cacique, visando à cobrança de percentual sobre o plantio de terras cultivadas por não-indígenas dentro da reserva indígena(104). Em relação ao genocídio praticado contra grupo indígena, a competência é da Justiça Federal, tanto por ser um crime político, quanto por atingir interesse da União, bem assim por traduzir uma disputa contra direitos indígenas.

13. Epílogo

Impõe-se concluir, após essas considerações bastantes e ao mesmo tempo insuficientes, até porque seria rematada loucura pretender esgotar, neste trabalho, tema tão rico e intenso, um copioso manancial jurídico. A complexidade é o grande desafio do tempo presente, mas nem por isso há de se tomar um trem para Pasárgada!

Vim, vi e escrevi. Espero ter escrito a que vim, já porque a competência penal originária, particularmente a da Justiça Federal, é matéria sempre presente nos tribunais e motivo de bastante controvérsia, e não pode seguir caminhos errantes.

De efeito.

Considerado o processo penal fisiológico, vale dizer, meio necessário à concretização da sanção penal, enquanto se decidem questões processuais não se julga o mérito, um dos fatores que gera impunidade e, por efeito de repercussão causal, estimula a prática de crimes. Dá-se um exemplo concreto. Em relação ao trabalho escravo (crime tipificado no art. 149, CP), até 24 de setembro de 2002, apenas três pessoas haviam sido condenadas no Brasil⁽¹⁰⁵⁾, devido, não só mas também, à controvertida questão da competência para julgar esse crime: Justiça Federal ou Justiça Estadual. Tal estado de coisas levou o atuante Diretor da Associação dos Juizes Federais – AJUFE, FLÁVIO DINO, a encaminhar em 18 de novembro de 2003, um pedido ao Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF, MAURÍCIO CORRÊA, para que o STF decidisse um único caso sobre essa competência, de modo que a questão processual ficasse definitivamente superada e a prestação jurisdicional, mais eficiente.

NOTAS DE RODAPÉ

1.Octogenária pois, embora criada pelo Decreto 848, de 1890, foi extinta pela CF/37 e posteriormente recriada pelo Ato Institucional nº 2, de 1965.

2.Mas, o novel critério para o Juizado Especial federal cível, que açambarca as causas de até 60 salários mínimos (art. 3o, caput, Lei 10.259/01), não modificou o critério estabelecido no art. 3o, I, Lei 9.099/95 para os Juizados Especiais cíveis estaduais, que continua abrangendo as causas tão-só até 40 salários mínimos.

3.STJ, REsp 611.718, GILSON DIPP, 5aT, DJ 3.11.04.

4.TRF4, HC QO 2003.04.01.024668-0, VOLKMER DE CASTILHO, 8a T, J 06.05.03.

5.In Revista Jurídica n º 318 , de abril de 2004, pp. 68/83.

6.STJ, CC 30.610, 2a SEÇÃO, ANTONIO DE PADUA RIBEIRO, DJ 05.08.02.

7.STJ, CC 21.735, JOSÉ DANTAS, 3a SEÇÃO, DJ 15.06.98.

8.STF, RECURSO ORDINÁRIO CRIMINAL, 1470, CARLOS VELLOSO, 2a T, DJ 19.04.02.

9.STJ, CC 36.617, GILSON DIPP, 3a SEÇÃO, DJ 26.02.03.

10.STF, RE 115.782, SYDNEY SANCHES, 1a T, DJ 18.08.89.

11.STJ, CC 33.382, HAMILTON CARVALHIDO, 3a SEÇÃO, DJ 18.02.02.

12.STJ, CC 33198, FÉLIX FISCHER, 3a SEÇÃO, DJ 25.03.02.

13.STF, HC 71314, NÉRI DA SILVEIRA, 2a T, DJ 21.06.94.

- 14.STF, HC 68.895, CELSO DE MELLO, DJ 21.02.92.
- 15.STJ, CC 20387, VICENTE LEAL, 3a SEÇÃO, DJ 08.09.98.
- 16.STJ, RHC 40, COSTA LEITE, 6a T, DJ 28.08.89.
- 17.STF, RECRIM 166.943, MOREIRA ALVES, 1aT, DJ 04.09.95.
- 18.TRF4, RECURSO CRIMINAL EM SENTIDO ESTRITO 2002.70.02.004534-6, VLADIMIR FREITAS, 7a T, J 22.04.03, INFORMATIVO TRF4 nº 135.
- 19.STJ, CC 34.690, VICENTE LEAL, 3a SEÇÃO, DJ 01.07.02.
- 20.TRF4, RECURSO CRIMINAL EM SENTIDO ESTRITO 2000.71.03.000377-9, LUIZ GERMANO DA SILVA, 7a T, DJ 29.08.01.
- 21.TRF4, RSE 2000.04.01.107052-3, VLADIMIR FREITAS, 7aT, DJ 27.03.02.
- 22.TRF1, RHC 106906, ADHEMAR MACIEL, DJ 03.09.90.
- 23.TRF4, RECURSO CRIMINAL EM SENTIDO ESTRITO 2002.71.03.003181-4, LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO, 8a T, J 23.4.03, INFORMATIVO TRF4 135.
- 24.STJ, HC 23.566, VICENTE LEAL, 6a T, DJ 09.12.02.
- 25.STJ, CC 34.546, VICENTE LEAL, 3a SEÇÃO, DJ 21.10.02.
- 26.STJ, CC 20454, FÉLIX FISCHER, 3a SEÇÃO, DJ 1402.00.
- 27.STJ, CC 31.786, ARNALDO DA FONSECA, 3a SEÇÃO, DJ 20.08.01.
- 28.STJ, RHC 11.918, GILSON DIPP, 5a T, DJ 16.09.02.
- 29.STJ, CC 1078, WILLIAM PATTERSON, 3a SEÇÃO, DJ 07.05.90.
- 30.STJ, CC 22892, FÉLIX FISCHER, 3a SEÇÃO, DJ 29.11.99.
- 31.STJ, CC 18804, ANSELMO SANTIAGO, 3a SEÇÃO, DJ 04.08.97.
- 32.STJ, CC 32.253, VICENTE LEAL, 3a SEÇÃO, DJ 01.07.02.
- 33.STF: HC 84.533, CELSO DE MELLO, 2a T, J 14.9.04, INFORMATIVO STF 361 e RE 411.690, ELLEN GRACIE, 2ª T, J 17.08.04, INFORMATIVO STF 357.
- 34.TRF4, HC 9004237038, VALKMER DE CASTILHO, 3a T, DJ 06.02.91
- 35.STF, RE 328.168, MAURÍCIO CORRÊA, 2a T, DJ 14.06.02.
- 36.TRF4, ACRIM 95.04.019595, JARDIM DE CAMARGO, 1a SEÇÃO, DJ 08.05.96.
- 37.STJ, CC 33.265, PAULO GALLOTTI, 3a SEÇÃO, DJ 14.04.03.
- 38.STJ, CC 35.885, VICENTE LEAL, 3a SEÇÃO, DJ 13.11.02.
- 39.CAETANO, Luciana da Silva. Reflexões sobre a tutela criminal da fauna aquática na Lei 9.605/98, RT 807, p. 457.
- 40.STF, RE 349.190, NELSON JOBIM, DECISÃO MONOCRÁTICA, DJ 03.06.03.
- 41.STF, RE 335.929, CARLOS VELLOSO, DECISÃO MONOCRÁTICA, J 09.05.02.
- 42.STJ, CC 27.198, FÉLIX FISCHER, 3a SEÇÃO, J. 24.05.00.
- 43.TRF4, CORREIÇÃO PARCIAL 1999.04.01.074374-8, ELLEN GRACIE NORTHLEET, 1a T, DJ 20.10.99.
- 44.STJ, CC 37.137, FELIX FISCHER, 3a SEÇÃO, DJ 14.04.03.
- 45.STJ, CC 34.689, GILSON DIPP, 3a SEÇÃO, DJ 17.06.02.
- 46.TRF4, RSE 2002.71.01.000271-7, ELCIO PINHEIRO DE CASTRO, 8a T, J 26.08.02.

47.TRF4, RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 2000.72.04.001552-5, ELCIO PINHEIRO DE CASTRO, 8a T, DJ 22.08.01.

48.STJ, CC 38.036, GILSON DIPP, 3a SEÇÃO, DJ 22.04.03.

49.STJ, CC 35.121, FÉLIX FISCHER, 3a SEÇÃO, DJ 25.11.02.

50.STF, RE 349.189, MOREIRA ALVES, 1a T, DJ 14.11.02.

51.STJ, CC 28.201, JORGE SCARTEZZINI, 3a SEÇÃO, DJ 20.05.02.

52.STJ, CC 28.277, FÉLIX FISCHER, 3a SEÇÃO, DJ 05.06.00.

53.STJ, AGRG NO CC 30.932, LAURITA VAZ, 3a SEÇÃO, DJ 05.05.03.

54.Em sentido contrário decidiu o STJ: "CRIMINAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LIBERAÇÃO DE ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO NO MEIO AMBIENTE. SEMENTES DE SOJA TRANSGÊNICA. FALTA DE AUTORIZAÇÃO DA CNTBio. EVENTUAIS EFEITOS AMBIENTAIS QUE NÃO SE RESTRINGEM AO ÂMBITO DE ESTADOS DA FEDERAÇÃO INDIVIDUALMENTE CONSIDERADOS. POSSIBILIDADE DE CONSEQUÊNCIAS À SAÚDE PÚBLICA. INTERESSE DA UNIÃO NO CONTROLE E REGULAMENTAÇÃO DO MANEJO DE SEMENTES DE OGM. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. I. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio) – Órgão diretamente ligado à Presidência da República, destinado a assessorar o governo na elaboração e implementação da Política Nacional de Biossegurança – é a responsável pela autorização do plantio de soja transgênica em território nacional. II. Cuidando-se de conduta de liberação, no meio ambiente, de organismo geneticamente modificado – sementes de soja transgênica – em desacordo com as normas estabelecidas pelo Órgão competente, caracteriza-se, em tese, o crime descrito no art. 13, inc. V, da Lei de Biossegurança, que regula manipulação de materiais referentes à Biotecnologia e à Engenharia Genética. III. Os eventuais efeitos ambientais decorrentes da liberação de organismos geneticamente modificados não se restringem ao âmbito dos Estados da Federação em que efetivamente ocorre o plantio ou descarte, sendo que seu uso indiscriminado pode acarretar consequências a direitos difusos, tais como a saúde pública. IV. Evidenciado o interesse da União no controle e regulamentação do manejo de sementes de soja transgênica, inafastável a competência da Justiça Federal para o julgamento do feito. V. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da Vara Criminal de Passo Fundo, SJ/RS, o Suscitado."(CC 41.301, 3ª SEÇÃO, GILSON DIPP, DJ 17.05.04). E também o TRF4: "COMPETÊNCIA. LIBERAÇÃO OU DESCARTE DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS (SOJA TRANSGÊNICA) SEM PREVISÃO LEGAL. CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE PREVISTO NO ART. 13, V, LEI 8.974/95. ÁREA DE INTERESSE NACIONAL. NECESSIDADE DE PARECER DA COMISSÃO TÉCNICA DE BIOSSEGURANÇA (CTNBIO) E AUTORIZAÇÃO DOS MINISTÉRIOS DA UNIÃO (SAÚDE, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE). A necessidade de prévio Parecer Consultivo da Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio) para a manipulação, circulação e liberação de organismos geneticamente modificados para a produção de soja transgênica conforme disciplina a Lei federal 8.974/95, e o interesse

nacional relacionado concretamente com o meio ambiente e a saúde pública, justificam o interesse da União, e consequentemente a competência da Justiça Federal para o julgamento e o processamento do feito, com base no que dispõe o art. 109, VI, CF. Competência da Justiça Federal. Recurso provido para, mantida a competência da Justiça Federal, determinar ao juízo que se pronuncie sobre o recebimento ou não da denúncia" (RECURSO CRIMINAL EM SENTIDO ESTRITO 2002.71.05.001912-1, VOLKMER DE CASTILHO, 8a T, DJ 25.06.03).

55.STJ, CC 37.775, VICENTE LEAL, 3a SEÇÃO, DJ 14.04.03.

56.STJ, CC 34.690, VICENTE LEAL, 3a SEÇÃO, DJ 01.07.02.

57.STF, HC 84.103, MARCO AURÉLIO, PLENO, J 29.04.04.

58.STJ, CC 30.042, FÉLIX FISCHER, 3a SEÇÃO, DJ 27.11.00.

59.TRF4, ACRIM 2001.04.01.079269-0, ELCIO PINHEIRO DE CASTRO, TURMA ESPECIAL, DJ 14.08.02.

60.TRF4, HC 1998.04.01.017059-8, JARDIM DE CAMARGO, 2a T, DJ 21.05.98.

61.STF, HC 79044, NELSON JOBIM, 2a T, DJ 20.04.99.

62.STF, HC 80.877, MAURÍCIO CORREA, 2a T, J. 25.9.01, INFORMATIVO STF 243; STJ, HC 14.455, JORGE SCARTEZZINI, 5a T, DJ 20.08.01.

63.STJ, CC 20.779, 3ª SEÇÃO, VICENTE LEAL, DJ 22.02.99.

64.STJ, CC 26.849, EDSON VIDIGAL, 3a SEÇÃO, DJ 08.10.01.

65.STJ, CC 27074, FÉLIX FISCHER, 3a SEÇÃO, DJ 14.08.00.

66.STF, RE 35.745, MOREIRA ALVES, 1a T, DJ 13.12.02.

67.TRF4, EIRSE – EMBARGOS INFRINGENTES EM RSE 1998.04.01.047853-2, VLADIMIR FREITAS, 4a SEÇÃO, DJ 10.07.02.

68.STJ, HC 18.078, HAMILTON CARVALHIDO, 6a T, DJ 18.04.02.

69.STF, CJ 4.067, EVANDRO LINS E SILVA, PLENO, J 29.07.67.

70.STJ, CC 26.094, GILSON DIPP, 3a SEÇÃO, DJ 21.08.00.

71.TRF4, ACR 0577, 1a T, AMIR FINOCCHIARO SARTI.

72.TRF4, ACR 1999.04.01.0693897, TANIA TEREZINHA CARDOSO, 2aT, DJ 18.05.00.

73.STJ, CC 33.766, VICENTE LEAL, 3a SEÇÃO, DJ 06.05.02.

74.STF, HC 80.730, NELSON JOBIM, 2a T, DJ 14.12.01; STJ, HC 14.108, EDSON VIDIGAL, 5a T, DJ 27.11.00.

75.STJ, HC 12.337, EDSON VIDIGAL, 5a T, DJ 04.12.00.

76.“Firma-se a competência da Justiça Federal para julgar o crime de tráfico de entorpecentes no momento do recebimento da denúncia, bastando que esta narre situação de aparente ‘internacionalidade’. Competência que se prorroga mesmo que, no curso da instrução, venha o julgador a reconhecer tratar-se de tráfico interno”. (TRF4, ACRIM 2003.70.00.016786-4, Paulo Afonso Brum Vaz, 8ª T, DJ 20.10.04)

77.Vide Competência criminal da Justiça Federal. São Paulo: RT, 2002, pp. 85/6.

78.STJ, CC 35150, FÉLIX FISCHER, 3a SEÇÃO, DJ 13.11.02.

79.STF, CJ 6860, CELIO BORJA, PLENO, DJ 28.04.89.

- 80.TRF1, ACrim 1998.01.00.064116-1, CANDIO MORAES, 2a T, J 06.08.03; TRF2, HC 1495, FERNANDO MARQUES, 4a T, DJ 21.11.00.
- 81.STJ, CC 32.092, VICENTE LEAL, 3a SEÇÃO, DJ 08.04.02.
- 82.STJ, CC 23.118, GILSON DIPP, 3a SEÇÃO, DJ 17.02.99.
- 83.STJ, CC 19.798, FERNANDO GONÇALVES, 3a SEÇÃO, DJ 17.02.99.
- 84.TRF4, RSE 2000.70.06.000570-3, VILSON DARÓS, 2aT, DJ 21.03.01.
- 85.STJ, HC 17.794, FERNANDO GONÇALVES, DJ 18.02.02.
- 86.STJ, CC 37.226, JORGE SCARTEZZINI, 3a SEÇÃO, DJ 01.07.04.
- 87.STJ, CC 14462, ANSELMO SANTIAGO, 3a SEÇÃO, DJ 30.06.97.
- 88.STJ, CC 37.919, LAURITA VAZ, 3a SEÇÃO, DJ 23.06.03.
- 89.STJ, CC 7682, ANSELMO SANTIAGO, 3a SEÇÃO, DJ 05.12.94.
- 90.TRF4, RECURSO CRIMINAL EM SENTIDO ESTRITO 2002.70.01.029771-5, FÁBIO ROSA, 7a T, DJ 07.05.03.
- 91.MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo penal. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998. p. 722.
- 92.STF, HC 82.582, GILMAR MENDES, 2a T, DJ 04.04.03.
- 93.STF, HC 76.032, MOREIRA ALVES, 1a T, DJ 27.11.98.
- 94.STJ, CC 24.249, GILSON DIPP, 3a SEÇÃO, DJ 17.04.00.
- 95.Neste sentido: CARVALHO, Vladimir Souza, apud FERREIRA, Roberto dos Santos. Competência da Justiça Federal. Rio de Janeiro: Independente, 1997. p. 202. Ainda: PEDROSO, Fernando de Almeida. Competência penal. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. p. 83.
- 96.OLIVEIRA, Roberto da Silva. Competência criminal da Justiça Federal. São Paulo: RT, 2002. p. 110.
- 97.STJ, HC 6.083, JOSÉ DANTAS, 5a T, DJ 18.05.98.
- 98.STJ, CC 19.046, FERNANDO GONÇALVES, 3a SEÇÃO, DJ 09.12.97.
- 99.STJ, CC 33.624, LAURITA VAZ, 3a SEÇÃO, DJ 05.05.03.
- 100.STJ, CC 27.601, FÉLIX FISCHER, 3a SEÇÃO, DJ 4.9.00; STF, HC 81.827, MAURÍCIO CORREA, 2A T, DJ 23.08.02.
- 101.STF, RE 282.169, MOREIRA ALVES, 1a T, DJ 04.05.01.
- 102.STF, RE 263010, ILMAR GALVÃO, 1a T, DJ 10.11.00.
- 103.STF, HC 81827, MAURÍCIO CORREA, DECISÃO MONOCRÁTICA, DJ 05.04.02.
- 104.TRF4, RSE 2002.04.01.041639-8, VOLKMER DE CASTILHO, 8a T, J 25.6.03
- 105.Fonte: Agência de Notícias do Ministério da Justiça, www.justica.gov.br/noticias/2002/setembro, acessado em 20.11.03

REVISTA DE DOUTRINA DA 4ª REGIÃO
PUBLICAÇÃO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRF DA 4ª REGIÃO
- EMAGIS

